

PASSADOR, C.S. **Um estudo do Projeto Escola do Campo.** Casa Familiar Rural (1990-2002) do Estado do Paraná: A Pedagogia de Alternância como Referencial de Permanência. 2003 Dissertação (Doutorado em Educação). Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Programa de Estudos Sobre a Educação Rural/do Campo do Brasil.** INEP/SEIF-MEC, WB, 2003.

RAMOS, M.N.; MOREIRA; T.M.; SANTOS, C.A. dos. (Coords.). **Referências para uma política de educação do campo:** caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

ROSIM, L.H. **Bela Vista do Chibarro:** nas terras da Usina, diferenças e identidades na construção de um assentamento. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SODRÉ, L.G.P. Crianças de um assentamento do MST: propostas para um projeto de Educação Infantil. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.10, n.2, p.181-190, 2005.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, 2001.

WHITAKER, D.C.A. O rural-urbano e a escola brasileira. **Revista do Migrante**, São Paulo, ano V, n.12, 1992.

## **DILEMAS DE UM PROJETO AMBIENTAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NO PONTAL DO PARANAPANEMA**

*Priscila Rosseto Camiloti<sup>1</sup>*

*Sandro Lima<sup>2</sup>*

*Tiago Lopes de Andrade<sup>3</sup>*

*Luís Antonio Barone<sup>4</sup>*

*Renata Ribeiro de Araújo Rocha<sup>5</sup>*

**Resumo:** A ampla discussão em torno da conservação e uso racional dos recursos naturais, unida à alarmante situação de degradação ambiental e a dependência dos recursos naturais por parte dos assentados, levou ao trabalho de pesquisa realizado no Projeto de Assentamento (P.A.) Primavera, situado no município de Presidente Venceslau/SP. Tal trabalho foca-se na elaboração e execução do projeto técnico para a recomposição florestal da área de preservação permanente (APP) da represa deste assentamento. A recomposição da APP, em torno da represa recém construída, está inserida, em parte, na área comunitária dos P.A.. Tem-se, portanto, como objetivo de tal ação extensionista, a inserção da comunidade nas questões ambientais do P. A., assim como a conscientização desta através do programa de educação ambiental e incentivo à organização comunitária.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Engenharia Ambiental da FCT – UNESP, campus de Presidente Prudente, SP. Bolsita PROEX/Unesp.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Engenharia Ambiental da FCT – UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

<sup>3</sup> Graduando do curso de Engenharia Ambiental da FCT – UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

<sup>4</sup> Sociólogo, Professor assistente-doutor da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

<sup>5</sup> Engenheira Química, Professora assistente-doutora da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

**Palavras-chave:** Assentamentos Rurais, Pontal do Paranapanema, Recursos Naturais, Áreas Degradadas.

## Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa e ação extensionista na Recuperação de áreas degradadas em um Projeto de Assentamento (P.A.) de trabalhadores rurais, fruto da luta dos sem-terra e implantado pelo ITESP em 1996. O P.A. Primavera, local da intervenção ora em avaliação, está localizado no município de Presidente Venceslau e conta, hoje, com aproximadamente 150 famílias. Tal município está inserido na região conhecida como Pontal do Paranapanema, que tornou-se referência nacional pelo grande conflito envolvendo terras devolutas e griladas (LEITE, 1998), bem como pela presença de fortes movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FERNANDES, 1996).

A principal fonte de renda da população assentada na região vem da prática agropecuária a qual, segundo o ITESP (2001), é “uma das formas mais acentuadas de degradação ambiental (...) devido às formas inadequadas de manejo do solo, utilizadas em detrimento do equilíbrio do ecossistema” (p. 10).

A temática do uso racional dos recursos naturais deve ser considerada um importante instrumento para o desenvolvimento. Ela propõe que toda a população possa estar consciente da melhor forma de utilização destes recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Notando-se a relação da questão agrária com a questão ambiental, a relevância do Pontal pelos conflitos fundiários e sua situação de degradação ambiental, pesquisadores da FCT/Unesp têm atuado na área em tela, enfocando as temáticas da educação ambiental e da organização comunitária. A partir de estudos prévios, optou-se por elaborar um plano participativo de recuperação ambiental, especificando a recomposição da mata galeria de uma represa que está instalada na área comunitária do P.A. Primavera.

Através da recomposição dessa mata, pretende-se não só colocar o assentamento dentro do que rege a legislação com respeito às Áreas de Preservação Permanente (APP), bem como aplicar uma metodologia participativa na gestão ambiental do P.A.. Busca-se, assim, a conscientização da comunidade para preservação e até mesmo o despertar para novas formas de geração de renda que, ao dependerem de dado recurso, levem ao cuidado e à preservação.

## Sobre a questão ambiental no Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema apresenta hoje o último resíduo de mata Atlântica do interior do Estado de São Paulo, contando com aproximadamente 45.000 alqueires. O processo de desmatamento das áreas florestais foi impulsionado pela construção de rodovias e expansão do cultivo de café, substituído, nos anos 1930 e 1940, pelo cultivo do algodão. Hoje, a forma de ocupação econômica da região se dá pela pecuária extensiva (BEDUSCHI, 2003). Conforme o ITESP (2001), esta ocupação tem se dado pela fragilidade dos solos que, associada à ausência de medidas conservacionistas, fez com que se esgotasse rapidamente o potencial produtivo das terras. É notória, portanto, a forte ligação da questão agrária e da questão ambiental, unindo a grande biodiversidade com o processo desordenado de ocupação da região do Pontal.

Como parte do processo de ocupação do Pontal, se dá a consolidação dos assentamentos rurais nas fazendas arrecadadas. Então, os “fragmentos florestais passaram a ser circundados por famílias de agricultores que estão buscando formas de garantir a sua sobrevivência na terra” (BEDUSCHI, 2003, p.22). Para tal, se faz necessário o bom relacionamento assentado/ambiente, já que o primeiro depende exclusivamente dos recursos naturais.

Entre os recursos em questão estão a água e o solo, cuja dinâmica o conhecimento é de suma importância para o manejo correto, já que esses estão diretamente ligados a subsistência da população local.

O manejo dos recursos hídricos, nesse cenário, torna-se objeto de preocupação, pois “uso intensivo e diversificado da água gera alguns problemas quanto à disponibilidade deste recurso e, além disso, devido a ações antrópicas, problemas relacionados à baixa qualidade da água disponível” (BRAGA et al., 2002, p. 81). Entre as ações antrópicas preocupantes no contexto dos assentamentos estão o uso de agrotóxicos, a deposição de lixo e possível contaminação do lençol pelas fossas negras – todos fatores de risco presentes no assentamento Primavera.

Sendo a qualidade da água diretamente ligada à qualidade de vida e à saúde da população, torna-se necessário o controle e manutenção de sua qualidade, pois o uso de uma água contaminada, segundo Tundisi et al. (2003), pode gerar muitas doenças vinculadas ao ser humano, que são transmitidas através da água contaminada. Nela, organismos patogênicos se desenvolvem e realizam parte do seu ciclo de vida.

Uma forma de controle da qualidade da água é a conscientização da população através da Educação Ambiental. Conforme salienta Dias (2000), a Educação Ambiental é definida como um processo no qual as pessoas aprendem como funciona o ambiente, como dependemos dele, como podemos

interferir em seu equilíbrio e como minimizar tal interferência no sistema.

A educação ambiental não gera, apenas, benefícios quanto aos recursos hídricos, mas quando aplicada amplamente atinge todos os recursos, como solo, ar e recursos florestais. Além disso, forma indivíduos capazes de lidar com a realidade atual que eles mesmos vivenciam e também preparados para identificar e avaliar problemas ligados à questão ambiental.

O solo, sendo outro importante recurso natural, primordialmente, foi utilizado apenas como transporte para deslocamento e cultivo de flora. Porém, com a expansão e o crescimento populacional, o uso do fogo/queimadas etc. fez o equilíbrio ecológico entrar em declínio. Hoje, a degradação estende-se do urbano ao rural, no qual a atual forma de produção em larga escala – notadamente a monocultura - é uma grande vilã, que atua na perda progressiva de fertilidade e produtividade do solo.

O uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos não só acarreta problemas com recursos hídricos e o solo, mas também à saúde humana. A utilização destes tem crescido rapidamente nas últimas décadas e se estendido às mais variadas formas de cultivo, o que tem agravado seus problemas.

Segundo Braga et al. (2002), os efeitos dos defensivos agrícolas podem ser resumidos em:

“- mortandade inespecífica: mesmo quando sintetizada na tentativa de se combater especificadamente uma certa praga por meio da propagação pela cadeia alimentar, essa mortandade pode tornar-se inespecífica;  
- redução da natalidade e fecundidade de espécies: mesmo naquelas espécies que só longinquamente e apenas por meio da cadeia alimentar ligam-se à praga combatida” (pg. 143).

Quanto ao uso dos fertilizantes sintéticos, sem discutirmos detalhadamente seus elementos constituintes, estes não se incorporam integralmente à planta e podem chegar a poluir lençóis freáticos. Resíduos destes fertilizantes ficam no solo e se acumulam em concentrações crescentes, inviabilizando posteriormente o solo para agricultura.

Outra forma de degradação do solo rural é sua utilização inadequada para pecuária extensiva, que traz, como consequência, alguns impactos relevantes - como o aparecimento de áreas descobertas e erosão, além do processo de impermeabilização do solo pelo pisoteamento do gado - constituindo um processo preocupante de perda considerável de solo e assoreamento dos corpos d'água.

A região do Pontal foi ocupada inicialmente por desbravadores que vinham em busca da exploração da lavoura e da madeira existente na região.

Após o ciclo do café, passou a predominar a lavoura algodoeira. Mesmo com a decretação de Reservas Florestais para proteger a cobertura vegetal da região – em 1942 - a degradação só aumentou. Essas áreas das Reservas foram sistematicamente desrespeitadas e ocupadas por posseiros e grileiros, tendo como forma de ocupação e utilização do solo a pecuária extensiva. De acordo com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” a pecuária de corte passou a predominar como atividade pela fragilidade dos solos e ausência de medidas conservacionistas, esgotando assim rapidamente o potencial produtivo das terras. “Além de ser mais adaptável aos solos pobres, (a pecuária) fortaleceu a forma extensiva de ocupação territorial, consolidando os grandes latifúndios na região” (ITESP, 2001, p.10). Como parte da história da ocupação do Pontal, há então o predomínio da pecuária de corte, dado pela redução do potencial produtivo.

“Não faz muito tempo, o Pontal era uma região inteiramente coberta por florestas tropicais de valor biótico singular. Prova disso é que os remanescentes florestais do Pontal abrigam rica e importante biodiversidade.

(...) A fragilidade dos solos, combinada com a concentração de chuvas num período curto do ano e a exposição das encostas, somadas à forma de ocupação desordenada do solo, levou a região a se tornar uma das mais degradadas do Estado, no ponto de vista ambiental, com predominância do grande latifúndio da pecuária extensiva.”(BEDUSCHI,2003, p. 27).

Segundo BEDUSCHI (2003), a história da ocupação dessa região pode ser entendida como uma mistura entre imensas fraudes no processo de apropriação privada e a devastação acelerada da floresta, uma vez que a única forma de se legitimar a posse da terra era a completa derrubada da vegetação nativa e sua transformação em pastagem ou lavoura.

Dessa forma, a desapropriação da terra para a formação dos já citados P.A.s trouxe o desafio de se enfrentar esse “passivo ambiental”, preocupação do ITESP (órgão público gestor das áreas), da Universidade<sup>6</sup> e da comunidade local (as famílias de assentados) e regional (sociedade civil mais ampla).

---

<sup>6</sup> Como produtora de conhecimento técnico avançado, a Universidade tem sido recorrentemente chamada a atuar como parceira em projetos de recuperação ambiental. A postura assumida neste texto é a de observação técnica de situações de risco ao meio ambiente e (amplamente) à saúde da população local.

## O P.A. e a ação extensionista: breve histórico

A partir do ano de 2005, alunos do curso de Engenharia Ambiental passam a integrar uma equipe universitária que atua no assentamento Primavera (Presidente Venceslau/SP), local de uma série de iniciativas extensionistas da Unesp. Em um primeiro momento dessa participação dos engenheiros, foi realizada pesquisa sobre a forma de ocupação do assentamento, assim como das fontes de água, uso de agrotóxicos, destinação do lixo, entre outros. O próximo passo foi promover a ação extensionista, com ministração de aulas para as crianças da quarta série do ensino básico, abordando temas como uso da água, do solo e formas de sua preservação.

Em meados de 2006, foi anunciada a reconstrução da barragem do assentamento Primavera, que há dez anos havia se rompido, destruindo a represa que banhava a área comunitária do P.A. (antiga sede da fazenda Primavera). Desde que os sem-terra foram assentados ali, eles reivindicam as obras de reconstrução desse espelho d'água.

As obras foram realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), tendo a equipe da Unesp acompanhado todos os procedimentos da obra junto ao CODASP e ao ITESP, contratante da obra. O órgão contratado tem por regra não começar qualquer obra em períodos chuvosos, devido à instabilidade dos solos. Por pressão da parte do órgão contratante, que tinha datas limites para utilização da verba, no entanto, as obras foram iniciadas no período chuvoso.

Em Dezembro de 2006 foram concluídas, parcialmente, as obras de restauração da represa que, como já era esperado pelo responsável técnico, foram interrompidas devido à chuva. Nos primeiros dias de 2007, uma precipitação contínua de aproximadamente 150 mm, fez com que o aterro provisório não agüentasse e estourasse, comprometendo todo o trabalho realizado anteriormente.

Verificaram-se, também, danos ambientais, pois grande quantidade de terra foi carregada para o córrego que abastece a represa. O acesso à área comunitária, onde se localizam o posto de saúde e a escola do assentamento, também foi afetado, aumentando o trajeto até esses equipamentos públicos em cinco quilômetros.

A obra foi reiniciada após o período das chuvas e concluída em agosto de 2007. A reconstrução da barragem teve como finalidade, em princípio, sua utilização para lazer, sendo também passível de adaptações que beneficiem a comunidade, como irrigação e tanques de piscicultura (sendo este último, um projeto que tramita pelas esferas governamentais).

Após a reconstrução da represa, a equipe da Unesp se deparou com muitos impactos, causados pela movimentação de terra no período de chuvas,

o que levou ao estudo para propostas de soluções e ao projeto de recomposição da mata galeria.

Alguns dos impactos podem ser solucionados pelo órgão contratado (CODASP), já que haveria horas-trabalho de máquinas ainda disponíveis (segundo o projeto). No entanto, esse órgão não tem disponibilidade de maquinário e informou a necessidade de empréstimo de maquinário da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau. Até o início de 2008, nada havia sido realizado.

## O processo de recomposição da APP: metodologia participativa

A represa está enquadrada na RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20/03/2002, Art 3º, que determina a faixa de plantio para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até vinte hectares de superfície e localizados em área rural, especificando em quinze metros, no mínimo. Na área comunitária, o anteprojeto da Unesp estendeu a faixa para até trinta metros.

Após o início do planejamento, que se deu através de levantamento de campo e levantamento bibliográfico, o projeto foi apresentado para a comunidade do P.A., onde foi exposta, primeiramente, a necessidade e a importância da mata ciliar e, posteriormente, a necessidade de auxílio e envolvimento de toda a comunidade.

A segunda etapa do projeto foi a busca por auxílio da Prefeitura e outras entidades. No dia 28 de Setembro de 2007, o projeto foi apresentado para representantes da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente (DAAMA) do município de Presidente Venceslau e do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), quando foram adquiridos recursos como arame para as cercas, adubo, calcário, gel para manter umidade na cova, herbicida, formicida e transporte das mudas. A Prefeitura Municipal mostrou-se bastante empenhada, tornando-se uma importante parceira nesta fase do projeto.

No mês seguinte, foi promovido um encontro com a comunidade, que se fez representar pelo grupo de jovens que participam de outro projeto de extensão da Unesp e por uma das três associações de assentados do Assentamento Primavera. Ali, foram apresentadas e discutidas questões como:

- Retirada do lixo: Nas semanas que antecederam o plantio foi realizado, com a comunidade, um mutirão de limpeza da área;
- Retirada dos animais: próximo à escola foram encontrados alguns animais (suínos, aves, ovinos e eqüinos) que representavam riscos às mudas. Para solucionar o problema, foi enviado um pedido para os responsáveis para que os animais fossem retirados e acomodados em locais propícios;
- Isolamento da área: para que outros animais não invadissem a área,

foi providenciado o cercamento desta. O material foi cedido pela Prefeitura Municipal e a instalação foi realizada pela associação de produtores.

Foram discutidas, também, nesta etapa do projeto, a definição de datas e equipes para a realização do plantio.

A definição de equipes foi realizada pela importância dada à participação comunitária nas atividades, não só no plantio de mudas, mas no trato e cuidado destas, extremamente sensível para o desenvolvimento da mata.

Também convém ressaltar a importância da Educação Ambiental como uma “ferramenta” de sensibilização e conscientização, no que se refere ao papel dessa vegetação para o equilíbrio do ecossistema e para a sobrevivência das populações que habitam as margens do rio. Busca-se, assim, unir o processo de recomposição com o processo de conscientização.

### Procedimentos técnicos

Como parte inicial do planejamento, foram realizadas análises de fertilidade do solo em pontos da margem da represa para indicar alguns parâmetros para o plantio e definir algumas áreas de prioridade.

O projeto foi dividido em 4 áreas:

**1- Área comunitária (na Figura 1, Área Reflorestada):** Foi planejada, para tal área, uma faixa de plantio de 30 m, justamente pela sua localização, que permitia tal extensão. O plantio nesta área já foi realizado e será logo detalhado.

**2- Áreas Prioritárias I:** É o próximo passo. Trata-se de área urgente, já que é a área de talude, portanto encontra-se com solo exposto e bastante erodido. Esta área também conta com a presença de muitas nascentes e necessita de rápida intervenção para que a represa não venha a romper-se novamente. Para recomposição de tal área será necessário o plantio de leguminosas como feijão ou soja, arbóreas (como a leucena) e aplicação de adubo - sendo que o fertilizante químico será aplicado na época de estiagem para não ser carregado para o corpo d'água.

**3- Áreas Prioritárias II e III:** área coberta por pastagem. Tem pequena declividade e poucos sulcos. Esta área abrange também a margem de um dos córregos que foram represados. Esta parte da margem encontra-se num lote de assentado, sendo a única área que não é comunitária. Esta área demanda um trabalho de conscientização específico com o referido assentado.

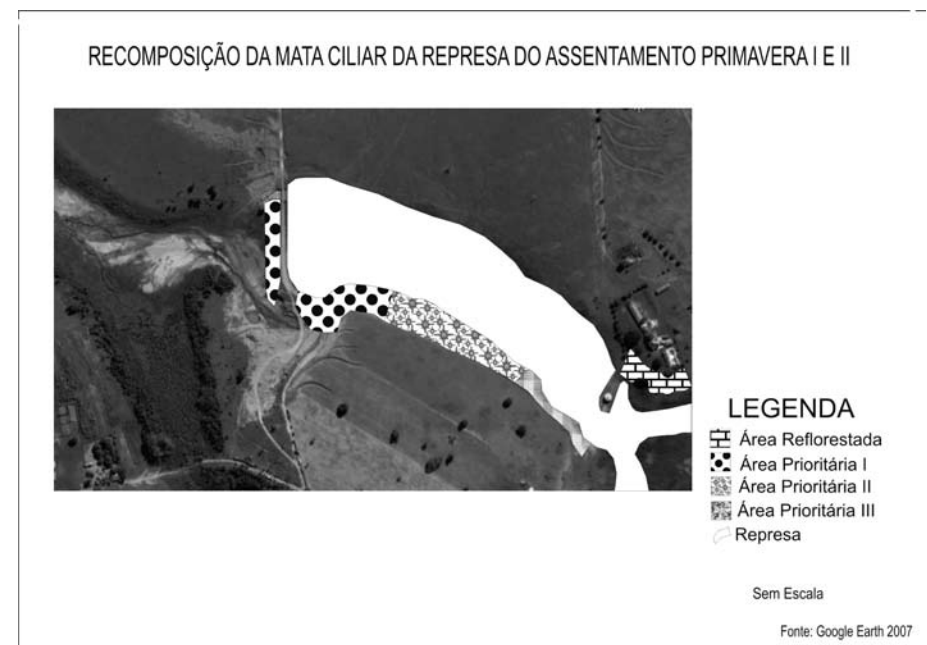


Figura 1: esquema de divisão de áreas de plantio

Cada área necessitará de planejamento diferenciado por se tratarem de áreas em diferentes condições. Os procedimentos comuns para todas as áreas são os seguintes:

- Análise de fertilidade do solo, que indicará os parâmetros para o plantio;
- Levantamento para determinação das espécies e posterior escolhas das mudas;
- Determinação dos locais do plantio, com suas respectivas espécies ou finalidade;
- Impedir o acesso à área através da instalação de cerca;
- Limpeza da área, realizada também pela comunidade;
- Preparo das covas e aplicação de formicida, cedido pelo ITESP e DAAMA, se necessário, também com apoio comunitário.

Os procedimentos de plantio na área I foram:

- a) Abertura das covas;**
- b) Marcação das covas (preparo mínimo – coroamento com enxada);**
- c) Preparo para o plantio das mudas - adubação (cedido pelo ITESP);**
- d) Distribuição e plantio das mudas - transporte e espaçamento (3x2m);**
- f) Plantio;**
- f) Coroamento de manutenção;**

As atividades de operações de plantio foram realizadas através de mutirão comunitário. Já a manutenção, ficou, a princípio, sob responsabilidade da associação que se engajou no projeto.

A cada sessenta dias nos primeiros seis meses e, depois, a cada 120 dias (até se completar 2 anos do plantio), deverá ser feita uma capina radical num raio de 0,60 metros ao redor das mudas - a fim de facilitar seu crescimento. É também necessária a adubagem e agregação de esterco e palha ao solo, para manutenção da umidade e reposição orgânica.

### **Plantio na área comunitária : mobilização da comunidade**

O início do projeto se deu com o plantio na Área comunitária, escolhida pela proximidade com a escola do P.A.. A área contou com preparo, uma semana antes do plantio, com a aplicação de formicida realizado pela Associação de Produtores. As atividades relacionadas ao plantio também foram realizadas através de mutirão comunitário (Figura 2), o qual contou com a participação dos moradores, associação, diretoria da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, a equipe da Unesp e até mesmo o Prefeito Municipal.



**Figura 2: Mutirão para o plantio das mudas**

No total, foi realizado o plantio de aproximadamente 500 mudas em 10 fileiras, obtendo-se, então, uma faixa de 30 metros depois da planície de inundação.

A mobilização trouxe parte dos jovens que frequentam a área aos finais de semana e alguns adultos. Em tal aspecto, houve a perda de eficiência do plantio, já que se tornou inviável a explicação dos procedimentos de plantio, assim como a escolha das mudas.

As mudas utilizadas foram cedidas pelo ITESP e, pelo seu aspecto, pareciam armazenadas em tubetes por longo tempo, estando assim com raízes mais extensas e caules não bem desenvolvidos. Mesmo com a péssima qualidade das mudas, optou-se por usá-las para que se pudesse manter também o bom relacionamento entre a equipe e o órgão - que se encontra acionado pelo Ministério Público para readequar os P.A.s à legislação ambiental.

Por motivos de educação e conscientização, optou-se por prosseguir o plantio, sendo que a equipe, juntamente com alguns membros da Associação de produtores, se responsabilizou pelo replantio das mudas para que essas pudessem se desenvolver.

Após o dia do mutirão, encontraram-se dificuldades em formar novas equipes (de moradores) para a manutenção do plantio, como roçamento e adubação. Neste momento, a equipe da Unesp firmou forte relação com a diretoria da Associação Campos Verdes (nome da associação que tem colaborado), a única a declarar apoio e fornecer mão-de-obra.

Houve, nesta etapa, um problema com maquinário, tanto para roçamento, quanto para construção de curvas de nível na área prioritária I. Tanto os assentados quanto a CODASP esperavam por máquinas da Prefeitura, que serão cedidas somente em Julho/2008. Diante do fato acima exposto, a área plantada está ainda sem roçamento e já se apresentam dificuldades de caminhar no local para o cuidado das mudas.

Após várias tentativas, tentou-se reunir membros das outras duas associações do P.A. Uma delas, numa primeira reunião, sequer compareceu, deixando dúvidas de seu interesse. Em tal ocasião, foi levantada a questão dos tanques de piscicultura e quem seria o grupo beneficiado por este projeto econômico. Foi proposto que o grupo beneficiado se responsabilize pelo projeto de preservação ambiental da represa.

Na mesma reunião, discutiu-se o problema do lixo, que tem sido depositado nas estradas e em erosões na área comunitária. Essa questão já foi levada pela equipe até a Divisão de Agricultura e Abastecimento, que pensa na possibilidade de enviar um caminhão da cooperativa de reciclagem da cidade para recolher tais materiais.

## Considerações finais

Inicialmente, podemos analisar as condições nas quais foram realizadas as obras de recuperação da represa. A primeira tentativa ocorreu em dezembro de 2006 que, segundo análise climática, enquadra-se num período chuvoso - o que comprometeu de forma decisiva a estabilidade estrutural do talude, certamente provocando o rompimento da barragem.

Dessa forma, nota-se a fragilidade de ação dos órgãos públicos, principalmente em relação às populações assentadas. Isto é, obras são realizadas em períodos nos quais existe a disponibilidade de recurso, em detrimento das necessidades técnicas de projeto. Ressalta-se, também, a dificuldade de comunicação e de encaminhamento de ações junto a esses órgãos, devido aos trâmites burocráticos aos quais os mesmos estão irremediavelmente ligados, tornando os processos morosos e dificultando o andamento do projeto (BARONE, 2000).

Outras questões pertinentes às áreas no entorno da represa, consideradas como APP, são as relacionadas à deposição de resíduos sólidos e criação de animais. Nessas áreas, observou-se, num primeiro momento, a existência de um depósito de lixo e um chiqueiro, adjacentes à escola. Soma-se a isso a constante deposição de resíduos como lixo doméstico e de restos de animais carneados às margens das estradas e dentro de sulcos erosivos (denúncia explicitada pelos próprios assentados).

Constata-se, assim, um desconhecimento e/ou descaso da população local a respeito dos impactos ambientais causados por suas ações cotidianas. Busca-se, então, através do projeto de educação ambiental, a conscientização desses moradores.

Através do projeto, pode-se também verificar o envolvimento da comunidade com as questões pertinentes ao P.A.. Tanto nas reuniões quanto nos mutirões realizados, foi possível observar a falta de envolvimento amplo e o envolvimento de apenas uma das associações de produtores, que nos auxiliou em todas as ações do projeto. As outras duas entidades associativas não colaboraram até o presente estágio das ações.

Pretende-se alcançar, nessa ação extensionista, objetivos como a inserção do P.A. no que determina a legislação e a busca de implantação da coleta seletiva dentro do assentamento. O recolhimento do lixo pela cooperativa de reciclagem da cidade, prometido para uma vez por semana, ainda é algo a ser conquistado pelos moradores – revelando, mais uma vez, a morosidade do Poder Público.

Nesse quesito, a impossibilidade momentânea de contato com toda a comunidade inviabiliza a implantação do sistema de coleta de resíduos, uma vez que, sem apoio e comparecimento dos assentados não é possível prever

a viabilidade do deslocamento do veículo de coleta ao assentamento. Além disso, essa tarefa é tida como partilhada entre Poder Público Municipal e assentados – o que faz recair sobre os moradores parcela da responsabilidade pela demora na implantação do serviço.

Outro dilema, enfrentado pela equipe que realiza o projeto, é como realizar um planejamento participativo das atividades que combine, de forma satisfatória, a eficiência técnica desejada e a participação popular esperada. De acordo com seu caráter extensionista, é extremamente difícil reunir num mesmo esforço coletivo, instituições que tem diferentes formas de trabalho.

De um lado, encontra-se a universidade, que tem basicamente uma proposta experimental para soluções de problemas, buscando o conhecimento através da pesquisa e a solução dos problemas de acordo com uma metodologia científica e tecnicamente orientada. De outro, um grupo popular, que visa melhoria da qualidade de vida, o incremento financeiro e a solução dos problemas, da maneira mais rápida. E ainda um terceiro grupo, formado por órgãos públicos, obrigados a ajudar, mas que desejam que as soluções sejam as menos dispendiosas possíveis, por causa da baixa disponibilidade de recursos.

Essa questão pode ser muito bem observada na realização do plantio da área experimental, um local escolhido por sua localização dentro da área comunitária. A necessidade de compatibilização entre os três grupos praticamente inviabilizou resultados práticos nessa área.

Isso tudo se refletiu, não só na qualidade do trabalho realizado, como na dificuldade do estabelecimento das plantas e também no replantio, às vezes equivocado, de espécies exóticas de difícil desenvolvimento, comprometendo a recomposição dessa área.

Inicialmente, o controle de formigas e a limpeza das covas foram realizados pelos membros da Associação Campos Verdes. Entretanto, é notória a necessidade de maquinário para roçar a grama. A ausência desse tipo de equipamento, devido à falta de manutenção dos mesmos, gerou uma falta de cuidados com a área plantada.

A fase I foi, então, tomada como experimental. Através da sua análise são levantados os principais problemas para que sejam sanados nas próximas etapas. Até mesmo na escolha das mudas, onde já se pode observar quais se adaptaram bem e quais não se desenvolveram.

É necessário, portanto, a discussão de soluções para o envolvimento e organização da comunidade, que contribua para o desenvolvimento de atividades, não só a respeito do projeto aqui descrito, mas para qualquer projeto que envolva um real planejamento participativo.

## Referências

BARONE, L.A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política relativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, ano VI, nº 8, 2000.

BEDUSCHI FILHO, L.C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2003.

BRAGA, B. et ali. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6. Ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ITESP, São Paulo. **Pontal Verde**: Plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. ITESP. São Paulo, 2001.

LEITE, J.F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Hucitec, 1998.

TUNDISI, J.G.; TUNDISI, T.M.; ROCHA, O. Ecossistemas de Águas Interiores. In: BRAGA, B.; TUNDISI, J.G.; REBOUÇAS, A.C. (Orgs.) **Águas Doces no Brasil**: Capital Ecológico, Uso e Conservação. 2. Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

## A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CURSO DE AGROECOLOGIA DO MST: A BUSCA PELA EDUCAÇÃO FÍSICA “SUPERADORA”

*Juliana Moreira da Costa<sup>1</sup>*

*Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho refere-se a reflexões feitas acerca da experiência obtida na disciplina de Educação Física no curso de nível médio integrado ao técnico em Agroecologia do MST. Com a parceria entre instituições de ensino, associações de técnicos agropecuários, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o curso teve início em setembro de 2007 em Presidente Prudente, no oeste do Estado de São Paulo. Sua previsão de término é em 2010. O referido curso apresenta características diferenciadas dos cursos tradicionais, como a pedagogia da alternância e a forma de organização dos educandos que apresenta imensa proximidade com a disciplina do MST. Esta traz fortemente as bandeiras de luta defendidas pelo Movimento e procura enfatizar as metodologias organizacionais de trabalho e valorizar o seu acervo político-cultural. A partir da ministração da disciplina de Educação Física, associada à técnica da observação participante, buscou-se analisar os avanços que o curso proporcionou aos jovens, no que diz respeito à formação crítica. Constatou-se que as aulas de Educação Física foram importantes para uma reflexão acerca do tempo livre e do lazer, das relações interpessoais e, principalmente, em relação às mulheres. O contato com a Cultura Corporal, associada à reflexão crítica e à discussão, trouxe o reconhecimento da possibilidade de contestação e auto-organização em relação ao lazer, além da mudança de opinião em relação à Cultura Corporal como possibilidade de lazer e cultura.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Educação Física da FCT/Unesp – Presidente Prudente-[juef.unesp@yahoo.com.br](mailto:juef.unesp@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Professora Assistente-Doutora do Depto. de Educação da FCT/Unesp – Presidente Prudente-[rotta@fct.unesp.br](mailto:rotta@fct.unesp.br)